

Alterações realizadas no documento				
Item alterado	Cor	Observações	Data	Responsável pela alteração

**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - BENS**

**Atenção: todos os itens são de preenchimento obrigatório**

<b>Data:</b>	18 de fevereiro de 2022
<b>Número do PROAD aberto</b>	20100/2021
<b>Área Demandante:</b>	Seção de Copa
<b>Área Requisitante:</b>	Seção de Copa

**EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

<b>- Integrante Demandante:</b>	Sílvia Regina de Paula Rosa			
<b>- Integrante Técnico:</b>	Sílvia Regina de Paula Rosa			
<b>- Integrante Administrativo:</b>	<b>Titular:</b>	Christiano Carneiro Ferreira	<b>Suplente</b>	Douglas Suetsugo Mitsuse

<b>Contratação urgente?</b>	<input type="checkbox"/>	Ata vence nos próximos 4 meses
	<input type="checkbox"/>	Aquisição para serviço específico e urgente
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato
	<input type="checkbox"/>	Outra justificativa:
<b>Contratação não é urgente</b>		

<b>Data prevista para entrega:</b>	abril/2022
------------------------------------	------------

<b>Catálogo (CATMAT/CATSER)</b> (Para prrrenchimento deste item, os integrantes administrativos irão auxiliar)	<a href="https://siasgnet-consultas.siasgnet.estaleiro.serpro.gov.br/siasgnet-catalogo/#/siasgnet-catalogo/search">https://siasgnet-consultas.siasgnet.estaleiro.serpro.gov.br/siasgnet-catalogo/#/siasgnet-catalogo/search</a>
Conforme consignado na descrição detalhada do objeto	

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)**

**1.1 Descrição resumida do Objeto:**

Aquisição de itens de gênero alimentício e de higiene (de uso contínuo), tais como: açúcar; água mineral; adoçante; chá mate; café, água sanitária; detergente, guardanapos e outros.

**1.2 Descrição Detalhada do Objeto:**


**Ou utilizar a tabela:**

Grupo/ Item	Descrição	Qtidade	Unidade	Marca / Modelo de referência	CATMAT
1/1	Açúcar cristal de origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, isento de impurezas, com prazo de validade de 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de fabricação e validade impressas no rótulo da embalagem; com apresentação de laudo de qualidade do produto, em conformidade com o padrão estipulado na Resolução RDC/Anvisa nº 271/2005 para açúcar, emitido por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de laboratórios Analíticos de Saúde (Reblas/Anvisa).	4.320	quilo (embalagem de 250g; 500g; 1kg ou 5kg)		463989

1/2	Adoçante líquido dietético, Aspartame, com prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de fabricação e de validade impressas no rótulo da embalagem, acondicionados em frascos contendo entre 100ml e 120ml; com apresentação de laudo da qualidade do produto, em conformidade com o padrão estipulado na Resolução RDC/Anvisa nº 271/2005 para açúcar e adoçante, emitido por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de laboratórios Analíticos de Saúde (Reblas/Anvisa).	496	frasco entre 100ml e 120ml		236196
1/3	Água mineral, envasada em garrafa plástica de 500ml ou 510ml, destinadas ao consumo exclusivo de magistrados.	4.000	garrafa plástica de 500ml ou de 510ml		445484
1/4	Café torrado e moído, acondicionados em embalagens do tipo vácuo, com validade de 12 (doze) meses, a partir da entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade impressas no rótulo da embalagem. Qualidade: a marca deve possuir Certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café da ABIC, em plena validade, ou Laudo de Avaliação do Café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na Escala Sensorial do Café e Laudo de Microscopia do Café com tolerância de no máximo 1% de impureza, com aspecto em pó homogêneo, torrado e moído. Tipo de café: Gosto predominante de café arábica. Bebida: Dura, não admitindo-se Rio ou Rio Zona. A Contratada deverá arcar com os custos, caso opte pelo procedimento de análise de amostras do lote efetivamente entregue para a Certificação da Qualidade do Café. Laboratórios credenciados para a certificação exigida: a) Lafise - Ital, Avenida Brasil, n. 2880, Chapadão, Campinas, São Paulo, CEP13.073-001, Telefone: (19)3743-1804, e-mail: alinegarcia@ital.sp.gov.br; b) GAC - Grupo de Avaliação de Café, Praça Dom José Gaspar, n. 30/21, São Paulo/SP, CEP010.47-010, Telefone: (11) 3259-7673, e-mail: gac@sindicafesp.com.br; c) Escritório Carvalhaes, Rua do Comércio, n. 55/8, Santos, São Paulo, CEP11.010-141, Telefone: (13) 2102-5778, e-mail: lab@carvalhaes.com.br. A apresentação de laudo da qualidade do produto deverá estar em conformidade com o padrão estipulado na Resolução RDC/Anvisa nº 277/2005 para café, emitidos por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de laboratórios Analíticos de Saúde (Reblas/Anvisa).	4800kg	quilo (embalagem de 250g; 500g; 1kg ou 5kg)		463581
1/5	Caixa de chá erva mate tostada, acondicionada em embalagem/caixa de 250g cada uma, com prazo de validade de 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de fabricação e de validade impressas no rótulo da embalagem/caixa.	1044	caixa com 250g		56286
2/6	Água sanitária, frasco com 1000ml, com boa vedação e tampa roscaável.	336	frasco com 1.000ml		310507
2/7	Álcool Gel 500g.	144	frasco com 500g		420799
2/8	Álcool líquido 92,8°INPM (96°GL), para higienização de louças e equipamentos.	78	frasco com 1000ml		269941

[illegible]

<b>1.2.1. Informar para quais itens é exigida marca/modelo específico obrigatório (Se sim, a indicação de marca deve ser respaldada de justificativa robusta, como manutenção de padrão já existente, compatibilidade, garantia de equipamentos, etc)</b>					

## 2. ANÁLISE de VIABILIDADE

### 2.1 Análise e comparação entre soluções/contratações identificadas:

Aquisição dos materiais listados, para viabilizar o prosseguimento dos serviços prestados pela Seção de Copa e evitar o desabastecimento do estoque.

<b>Justificativa</b> (caso haja apenas uma solução no mercado)	Não se vislumbra outra solução senão a aquisição dos materiais.
--	---

### Pode ser utilizada a planilha abaixo para especificar as soluções identificadas:

Solução	Solução 1	Solução 2	Solução 3
Descrição			
Vantagens			
Desvantagens			
Atende (Sim/Não)			

### 2.2 Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)

<b>Solução escolhida</b>	A aquisição dos materiais listados.
<b>Justificativa</b>	Não se vislumbra outra solução senão a aquisição dos materiais.
<b>Valor estimado</b>	Valor estimado de R\$ 304.216,06, conforme pesquisa realizada pela Coordenadoria de Compras, doc. 60 do Proad.
<b>Outros</b>	

<b>2.2.1 Alinhamento Estratégico</b>	<a href="https://trt15.jus.br/sites/portal/files/roles/institucional/gestao-estrategica/PLANO%20ESTRAT%C3%89GICO%20INSTITUCIONAL.pdf">https://trt15.jus.br/sites/portal/files/roles/institucional/gestao-estrategica/PLANO%20ESTRAT%C3%89GICO%20INSTITUCIONAL.pdf</a>	<b>Selecione abaixo:</b>
Propiciar meios para melhoria da qualidade de vida no trabalho.		

### 2.2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)

<input type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Condecoração de autoridades em eventos promovidos por este Tribunal
<input checked="" type="checkbox"/>	Outro benefício: Melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

### 2.2.3 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado

Ainda não há elementos suficientes para estabelecer como se dará o retorno integral ao trabalho presencial, uma vez que a pandemia ainda tem reflexo direto sobre essa deliberação.

Nesse sentido, na ausência de parâmetros de consumo e estoque futuros, esta Seção optou pela manutenção das quantidades anteriores à pandemia considerando 100% ou 80% do consumo anterior, para viabilizar eventuais requisições nos moldes que eram habituais quando a prestação de serviços presenciais era integral. O fornecimento dos materiais será analisado diante da necessidade do estoque que se mostrar pertinente no momento do abastecimento.

### 2.2.4 Necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para viabilizar execução do serviço

<input type="checkbox"/>	Alteração de layout
<input type="checkbox"/>	Instalação elétrica
<input type="checkbox"/>	Instalação lógica
<input type="checkbox"/>	Instalação de divisória
<input type="checkbox"/>	Outra adequação:

### 2.2.5. Há algum impacto ambiental na contratação deste serviço

Não há impacto ambiental previsto.

## 3. SUSTENTAÇÃO do CONTRATO

### 3.1 Selecione as opções abaixo para análise quanto à existência ou não de contrato:

<input type="checkbox"/>	Entrega imediata e integral ACIMA de 30 dias	
<input type="checkbox"/>	Obrigação futura, como, por exemplo, assistência técnica (EXCETO garantia do serviço ou fornecimento) ou por ser praxe de mercado a existência de contrato.	

**Caso nenhum dos itens seja selecionado, CONTRATO DISPENSÁVEL e NÃO é necessário preenchimento deste item 3**

Nos termo do artigo 62, § 4º da Lei 8.666/1993 é DISPENSÁVEL o termo de contrato independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras.

**3.1.1 Caso nenhum dos itens seja selecionado, NÃO há a exigência de contrato. Porém, caso, mesmo assim, o Demandante queira a confecção de contrato, justificar abaixo:**

### 3.2. Ações de transição contratual e de encerramento contratual

Não se aplica

### É necessário sobreposição contratual?

Não se aplica

### 3.2.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos da execução e a manutenção da contratação

Não se aplica

<b>3.2.2. Devolução de recursos materiais</b>	Não se aplica
<b>3.2.3. Prazo de vigência do contrato a ser firmado e se poderá ser prorrogado.</b>	Não se aplica

<b>4. ESTRATÉGIA para a CONTRATAÇÃO</b>	
<b>4.1 Natureza do objeto</b>	Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

<b>4.2 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)</b>			
<input type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade		
<input checked="" type="checkbox"/>	Grupos com vários itens	Justificativa:	Reduzir o risco de deserção em razão de baixo valor ou de ausência de impacto na reestrutividade da disputa.
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

<b>4.3 Classificação do bem comum ou não: É possível especificar o serviço/objeto usando parâmetros usuais de mercado?</b>	
Sim	
<b>Justificativa:</b>	Bem comum, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

<b>4.4 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas</b>	
Pregão eletrônico	
<b>4.4.1 Forma de julgamento:</b>	
Menor preço	
<b>4.4.2 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)</b>	
Por grupo. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço	
<b>4.4.3. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).</b>	
Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.	
Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso. Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.	

<b>4.5 Classificação orçamentária com indicação da fonte de recurso</b>	
A ser oportunamente preenchida pela Secretaria de Orçamento e Finanças.	

<b>4.6 Equipe de Gestão da Contratação com indicação dos integrantes</b>	
<b>Gestor do Contrato:</b>	Não se aplica
<b>Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):</b>	Não se aplica
<b>Fiscal Técnico do Contrato:</b>	Não se aplica
<b>Fiscal Administrativo</b>	Não se aplica

<b>5. PREVISÃO DE CUSTOS OU PREÇOS REFERENCIAIS</b>	
Valor estimado de R\$ 304.216,06, conforme pesquisa realizada pela Coordenadoria de Compras, doc. 60 do Proad.	

<b>6. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)</b>	
<b>É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?</b>	
Sim	
<b>6.1 Fundamentação para a opção por SRP:</b>	
Como não há previsibilidade de consumo para o próximo exercício, diante da incerteza de como se dará o retorno total ao trabalho presencial, se assim for determinado pelo tribunal, os itens foram solicitados com base no consumo dos anos anteriores à pandemia, na proporção de 80% a 100% daquelas quantidades. A opção da Seção de Copa, nesse momento, foi no sentido de garantir a manutenção do estoque por meio de Ata vigente para eventuais fornecimentos e acompanhar a movimentação do estoque frente ao consumo efetivo, para, no momento em que se fizer necessário, a requisição dos materiais seja efetuada de acordo com a real necessidade de abastecimento.	
<b>6.2 Histórico de consumo:</b>	

Histórico de consumo do período anterior à pandemia do coronavírus:  
 1/1 Açúcar cristal: 450 k/mês; 1/2 Adoçante líquido dietético: 52 frascos/mês; 1/3 Água mineral: 420 unid./mês; 1/4: Café torrado e moído: 500 k/mês; 1/5 Caixa de chá erva mate: 108 cxs/mês; 2/6: Água sanitária: 35 unid./mês; 2/7 Álcool gel: 15 unid./mês; 2/8 Álcool líquido: 8 unid./mês; 2/9 Desengraxante: 5 litros/mês; 2/10 Detergente: 167 unid./mês; 2/11 Esponja de aço: 19,3 pcts/mês; 2/12 Esponja de limpeza dupla face: 105 unid./mês; 2/13 Conjunto acendedor + isqueiro: sem histórico de consumo; 2/14 Pano de limpeza: 21 unid./mês; 2/15 Sabão em barra: 28 unid./mês; 2/16 Saponáceo líquido: 21 unid./mês; 2/17 Solução de limpeza multiuso: 28 unid./mês; 3/18 Guardanapo de papel 33,5 x 33,0: 50 pcts./mês; 3/19 Guardanapo de papel descartável 22 cm x 23 cm: 50 pcts./mês; 3/20 Toalha bandeja: 5 pcts. com 200 unid./mês; 3/21 Toalha de papel: 12 rolos/mês ; 3/22 Toalha mesa: 5 pcts./mês.

**6.3 Estimativa de consumo:**  
 Não há possibilidade de se prever o consumo dos próximos meses, mas para o quantitativo desse Proad foram considerados percentuais de 100% ou 80% daquele consumo já estabelecido antes da pandemia.  
 1/1 Açúcar cristal: 360 k/mês; 1/2 Adoçante líquido dietético: 41 frascos/mês; 1/3 Água mineral: 333 unid./mês; 1/4: Café torrado e moído: 400 k/mês; 1/5 Caixa de chá erva mate: 87 cxs/mês; 2/6: Água sanitária: 28 unid./mês; 2/7 Álcool gel: 12 unid./mês; 2/8 Álcool líquido: 6,5 unid./mês; 2/9 Desengraxante: 5 litros/mês; 2/10 Detergente: 167 unid./mês; 2/11 Esponja de aço: 19,3 pcts/mês; 2/12 Esponja de limpeza dupla face: 105 unid./mês; 2/13 Conjunto acendedor + isqueiro: 5 conjuntos/mês; 2/14 Pano de limpeza: 21 unid./mês; 2/15 Sabão em barra: 28 unid./mês; 2/16 Saponáceo líquido: 21 unid./mês; 2/17 Solução de limpeza multiuso: 28 unid./mês; 3/18 Guardanapo de papel 33,5 x 33,0: 40 pcts./mês; 3/19 Guardanapo de papel descartável 22 cm x 23 cm: 40 pcts./mês; 3/20 Toalha bandeja: 4 pcts. com 200 unid./mês; 3/21 Toalha de papel: 12 rolos/mês; 3/22 Toalha mesa: 4 pcts./mês.

**6.4 Quantidade para Consumo Imediato:**  
 1/1 Açúcar cristal: 1.440 k; 1/2 Adoçante líquido dietético: 165 frascos; 1/3 Água mineral: 1.350 unid.; 1/4: Café torrado e moído: 1.600 k; 1/5 Caixa de chá erva mate: 348 cxs.; 2/6: Água sanitária: 168 unid.; 2/7 Álcool gel: 72 unid.; 2/8 Álcool líquido: 39 unid.; 2/9 Desengraxante: 30 litros; 2/10 Detergente: 1000 unid.; 2/11 Esponja de aço: 116 pcts.; 2/12 Esponja de limpeza dupla face: 630 unid./mês; 2/13 Conjunto acendedor + isqueiro: 30 conjuntos; 2/14 Pano de limpeza: 126 unid.; 2/15 Sabão em barra: 168 unid.; 2/16 Saponáceo líquido: 126 unid.; 2/17 Solução de limpeza multiuso: 168 unid.; 3/18 Guardanapo de papel 33,5 x 33,0: 300 pcts.; 3/19 Guardanapo de papel descartável 22 cm x 23 cm: 300 pcts.; 3/20 Toalha bandeja: 30 pcts. com 200 unid.; 3/21 Toalha de papel: 70 rolos; 3/22 Toalha mesa: 30 pcts.

**6.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:**  
 A periodicidade de aquisição prevista é: 1)grupo 1: entrega trimestral; 2)grupos 2 e 3: entrega semestral.

**6.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:**  
 1/1 Açúcar cristal: 1.440 k; 1/2 Adoçante líquido dietético: 165 frascos; 1/3 Água mineral: 1.350 unid.; 1/4: Café torrado e moído: 1.600 k; 1/5 Caixa de chá erva mate: 348 cxs.; 2/6: Água sanitária: 168 unid.; 2/7 Álcool gel: 72 unid.; 2/8 Álcool líquido: 39 unid.; 2/9 Desengraxante: 30 litros; 2/10 Detergente: 1000 unid.; 2/11 Esponja de aço: 116 pcts.; 2/12 Esponja de limpeza dupla face: 630 unid./mês; 2/13 Conjunto acendedor + isqueiro: 30 conjuntos; 2/14 Pano de limpeza: 126 unid.; 2/15 Sabão em barra: 168 unid.; 2/16 Saponáceo líquido: 126 unid.; 2/17 Solução de limpeza multiuso: 168 unid.; 3/18 Guardanapo de papel 33,5 x 33,0: 300 pcts.; 3/19 Guardanapo de papel descartável 22 cm x 23 cm: 300 pcts.; 3/20 Toalha bandeja: 30 pcts. com 200 unid.; 3/21 Toalha de papel: 70 rolos; 3/22 Toalha mesa: 30 pcts.

**6.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?**  
 Gerenciador

**6.8. Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique**  
 Não.

## 7. SUSTENTABILIDADE

Há critérios de sustentabilidade a serem observado?

Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:

Grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério	Descrição (NOVO GUIA - é necessário copiar e colar aqui)
1	1; 2 e 4	1.1.4.2 Café e Açúcar	Recomenda-se exigir laudos da qualidade dos produtos, em conformidade com o padrão estipulado na Resolução RDC/Anvisa nº 271/2005 para açúcar e adoçante e na Resolução RDC/ Anvisa nº 277/2005 para café, emitidos por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de laboratórios Analíticos de Saúde (Reblas/Anvisa).
1	3	1.1.4.1. Água Mineral	-Os produtos devem atender às características e procedimentos regulamentados nas resoluções Anvisa nº 274/2005 e nº 275/2005; -Conforme as portarias DNPM nº 387/2008 e nº 128/2011, os vasilhames devem atender às normas constantes da ABNT NBR 14222:2013 e 14328:2011, que dispõem sobre embalagem plástica para água mineral e potável de mesa – garrafão retornável. Devem, ainda, trazer impressa a data limite de 3 (três) anos de sua vida útil e o número de certificação da embalagem que atesta a sua conformidade com as normas técnicas acima referidas, bem como o nome do instituto técnico responsável pela emissão do certificado; -Os rótulos dos produtos devem possuir as informações previstas na Portaria MME nº 470/1999
1	4	café	A marca deve possuir Certificado no PQC -Programa de Qualidade do Café da ABIC, em plena validade, ou Laudo de Avaliação do Café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na Escala Sensorial do Café e Laudo de Microscopia do Café com tolerância de no máximo 1% de impureza, com aspecto em pó homogêneo, torrado e moído. Tipo de café: Gosto predominante de café arábica. Bebida: Dura, não admitindo-se Rio ou Rio Zona. A Contratada deverá arcar com os custos, caso opte pelo procedimento de análise de amostras do lote efetivamente entregue para a Certificação da Qualidade do Café. Laboratórios credenciados para a certificação exigida: a) Lafise - Ital, Avenida Brasil, n. 2880, Chapadão, Campinas,SãoPaulo,CEP13.073-001,Telefone:(19)3743-1804, e-mail:alinegarcia@ital.sp.gov.br; b)GAC - Grupo de Avaliação de Café, Praça Dom José Gaspar, n. 30/21, São Paulo/SP, CEP010.47-010, Telefone: (11) 3259-7673, e-mail: gac@sindicafesp.com.br; c)Escritório Carvalhaes, Rua do Comércio, n. 55/8, Santos, São Paulo, CEP11.010-141, Telefone: (13) 2102-5778, e-mail:lab@carvalhaes.com.br.

2	6 a 14; 16 e 17	1.1.2.1. Produtos Saneantes	<p>Adquirir produtos biodegradáveis, priorizando a aquisição daqueles menos agressivos ao meio ambiente e, preferencialmente, concentrados e/ou fornecidos em refil.</p> <p>Os produtos usados na limpeza e conservação de ambientes, também denominados saneantes, tais como álcool, água sanitária, detergentes, ceras, sabões em barra e em pó, saponáceos, desinfetantes, inseticidas, para que sejam aceitos, por ocasião das análises das propostas, deverão vir acompanhados dos seguintes documentos:</p> <p>a) Registro ou Isenção de Registro ou Notificação dos Medicamentos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa/Ministério da Saúde vigente.</p> <p>b) Serão aceitos Registros publicados no Diário Oficial da União ou obtidos pelo endereço eletrônico da Anvisa (www.anvisa.gov.br), dentro do prazo de validade.</p> <p>Os produtos saneantes deverão ter as seguintes informações no rótulo: nome do fabricante, CNPJ, nome e CRQ do químico responsável, número do registro na Anvisa, número do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) e país de origem da indústria.</p> <p>Recomenda-se exigir a Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ), de acordo com a NBR 14725-4/2012.</p> <p>Os rótulos dos produtos saneantes, em especial daqueles classificados como perigosos, devem estar em conformidade com a referida norma.</p> <p>Quando da aquisição dos seguintes produtos, observar o que segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtos utilizados sob a forma aerossol, solventes e esterilizantes: não devem conter substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera;</li> <li>• Esponjas: dar preferência àquelas fabricadas com solvente à base d'água;</li> <li>• Sabão em barra e detergentes em pó: priorizar a aquisição de produtos à base de coco ou isentos de fósforo e, quando inexistentes no mercado, deve-se exigir comprovação de que o teor respeita os limites máximos de concentração: Limite máximo de P2O5 por formulação (%) - 10,99. Limite máximo de P por formulação (%) - 4,80. Média ponderada máxima de P por GFI (%) - 3,16. Média ponderada máxima de STPP por GFI (%) - 12,5</li> </ul>
3	18 a 22	1.1.2.3. Produtos sanitários oriundos da madeira	<p>Na compra de produtos sanitários provenientes da madeira, observar o Decreto nº 7.746/2012 que estabelece que, na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, devem-se adotar critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, dentre as quais a utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.</p> <p>Observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2014, utilizada pelo Cerflor, ou com o padrão FSC-STD-40-004 V3-0. A comprovação da conformidade deve ser feita por meio do Certificado da Cadeia de Custódia e/ou Selo de Cadeia de Custódia do Cerflor ou do FSC, ou similares, desde que reconhecidos nacionalmente.</p> <p>Recomenda-se exigir da contratada que apresente ficha técnica comprovando a classificação do produto de acordo com a NBR 15464:2010.</p>
Há especificação de ROHs?			Não se aplica
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT:			
<a href="#">Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição</a>			

<b>8. ARQUIVOS</b>	
Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?	
Não	
No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:	
Não se aplica	

<b>9. VISTORIA / VISITA TÉCNICA</b>	
Há previsão de vistoria/visita técnica?	
Não se aplica	
Se sim. Justificar:	Não se aplica
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
9.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):	
Não se aplica	

<b>10. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)</b>	
A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.	
<input checked="" type="checkbox"/>	Operacional:
<input type="checkbox"/>	Registro da empresa no respectivo conselho profissional:
<input type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).
<input type="checkbox"/>	Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.

<b>11. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?</b>	
Não	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc):	Não se aplica

12. AMOSTRA	
Considerações Gerais: 1. Analisar a razoabilidade do pedido de amostra, se não pode ser substituído por folders, material técnico-ilustrativo, etc, considerando que TODO pedido de amostra encarece o objeto. 2. Da mesma forma, caso seja imprescindível a solicitação de amostra, requisitar apenas quantitativo mínimo suficiente para análise. 3. Considerar que objetos de alto valor, de grandes dimensões ou peso, dificilmente são disponibilizadas amostras para envio. 4. Fazer constar se a amostra enviada poderá ser destruída para sua devida análise e, caso seja imprescindível, justificar.	
<b>12.1 Haverá solicitação de amostra ANTES ou DEPOIS da homologação do certame, para empresa arrematante?</b> Não. Porém observar o sétimo subitem deste item.  <b>Se sim, discriminar trâmite (quantidade, prazo, critério análise, etc) para apresentação:</b>	
<b>12.2 No caso de exigência de amostra, sugira qual prazo viável para licitante confeccionar/encaminhar amostra:</b>	
<b>12.3 No caso de solicitação de amostra, é necessário definir OBJETIVAMENTE os critérios de análise para aceitação, além das especificações (exemplo pasta para congresso: analisar ziper sem travamentos, material sem rebarba, costuras retilíneas)</b>	
<b>12.4 Caso o objeto tenha grandes proporções, poderá ser encaminhada um exemplar menor do objeto? (por exemplo no caso de placa de divisória com 2m pode ser encaminhada amostra de 30cm x 30cm)</b>	
<b>Se sim, qual o tamanho mínimo?</b>	
<b>12.5 Caso a amostra seja aprovada, a unidade poderá ser descontada do quantitativo a ser adquirido?</b>	
<b>12.6 É prevista marca de referência?</b>	
<b>Se sim, a amostra será dispensada caso seja proposta a marca de referência?</b>	
<b>12.7 documentação específica, será exigida documentação específica como material técnico ilustrativo, manual, laudo, certificação como ABNT, etc (indicar qual documento)?</b> Somente para o item 9 (nove) do Grupo 2, solicita-se o envio de material ilustrativo com as características básicas, incluindo a fórmula com o princípio ativo <b>Hidróxido de Sódio</b> , a fim de se evitar a aquisição de produto à base de Nonil Fenol Etoxilado que não é indicado para higienização de equipamentos de inox.	

13. PRAZOS			
<b>13.1 Prazo de entrega</b>		O prazo de entrega deverá ser de 20 dias, após a emissão da nota de empenho.	
<b>13.2. Garantia</b>			
Ou utilizar a tabela			
Grupo / Item	Descrição sucinta do item	Prazo de garantia	Especificações da garantia
<b>13.3 Prazo de Validade</b>		Os produtos efetivamente entregues deverão apresentar prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo.	
<b>13.4 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)</b>			
Não se aplica			

14. LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA DOS BENS	
<b>Endereço:</b>	Sede Administrativa, Rua Ferreira Penteados, nº 871, Centro, Campinas, São Paulo, CEP 13.015-927.
<b>Dias da semana:</b>	De segunda a sexta-feira, em dias de expediente normal no Tribunal.
<b>Horário:</b>	<div> <b>Outro:</b> </div> Das 8h às 17h.
<b>No caso de necessidade de agendamento prévio, indicar nomes e telefones e/ou ramais dos contatos:</b>	Seção de Copa (19) 3236-2100, Ramais 2090 ou 2070. Sílvia Regina de Paula Rosa (19) 98188-9351 (srosa@trt15.jus.br). Marcos Luis Félix (marcosluisfelix@gmail.com)

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA	
As obrigações a serem explicitadas devem ser em <u>relação ao objeto da contratação</u> , como, por exemplo: - A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de entrega do objeto - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, este TRT poderá retirar "X" amostras do objeto contratado para envio a laboratório acreditado para verificação quanto ao atendimento às especificações, como ABNT, qualidade pó de café, etc sendo que as despesas deverão ser arcadas pelo fornecedor.	
Especificações:	
<b>15.1. Obrigações da Contratante (TRT)</b>	



Dar plena e fiel execução ao Instrumento contratual;  
Efetuar, no prazo estabelecido, o pagamento dos produtos efetivamente fornecidos e definitivamente recebidos;  
Formalizar os pedidos de requisição dentro do prazo contratual e zelar para que o recebimento, pagamento e demais cláusulas contratuais sejam obedecidas, sem impedimento algum que possa atrasar ou trazer prejuízo à Contratada;  
Permitir o acesso dos empregados do Fornecedor, devidamente identificados, nas suas dependências, para entrega dos produtos, nos horários estabelecidos.

## 15.2. Obrigações da Contratada

Dar plena e fiel execução à ata de registro de preços, se obrigando a:

- nomear um preposto, aceito pelo TRT, para representá-lo durante o período de vigência da Ata;
- comunicar, durante a vigência da ata de registro de preços, quaisquer alterações havidas em seu contrato social, bem como manter, devidamente válidas e atualizadas, as certidões de regularidade fiscal e trabalhista;
- arcar com toda despesa de envio ou retirada de produtos;
- não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, salvos e previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;
- observar as recomendações pertinentes, constantes do "Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT-Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº 103, de 25/05/2012), em especial as seguintes:
  - comprovar, antes da efetivação desta contratação e manter essas condições, que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência da ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do ajuste:
    - não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011; e
    - não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105;
  - atender prontamente aos pedidos de fornecimento da Seção de Copa dentro do prazo contratual, atendidas as exigências contratuais;
  - manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao TRT a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
  - observar os dispositivos contidos no Decreto Estadual nº 64.959/2020, bem como na Resolução CNJ nº 322/2020, a respeito do uso geral e obrigatório de equipamentos de proteção contra a disseminação do Covid-19, quando funcionários da contratada necessitarem adentrar no Tribunal para efetuar eventuais entregas de bens.

## 16. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO

### 16.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:

Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica

### 16.2 Definição de etapas de entrega, com cronograma

O prazo de entrega deverá ser de 20 dias, após a emissão da nota de empenho.

### 16.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento

A solicitação de fornecimento deverá ser efetuada por meio de Requisição da Seção de Copa, inserida no Proad.

### 16.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

Não se aplica.

### 16.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do contrato entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Silvia Regina de Paula Rosa
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input checked="" type="checkbox"/>	Outra	Ligação telefônica	Silvia Regina de Paula Rosa

### 16.6 Forma de recebimento provisório e definitivo

O Recebimento Provisório se dará por meio de Certidão da Seção de Copa.

### 16.7 Forma de pagamento

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

### 16.8 Sanções

Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos produtos entregues em atraso, contadas a partir do primeiro dia útil posterior ao último dia do prazo definido neste Termo de Referência, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

- até o sétimo dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);
- a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento), limitado a 10% do valor da Nota de Empenho.

As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por cancelamento do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

-na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento – AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

A aplicação das multas estabelecidas neste item, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT cancele unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.

Se o FORNECEDOR não efetuar a entrega dos produtos em até 10 (dez) dias após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, o cancelamento do ajustado.

O cancelamento do ajustado por culpa do FORNECEDOR por inexecução do ajustado ou pela não entrega dos produtos, implicará pagamento de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou do produto não entregue.

### 16.9 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)

tabela abaixo					
item	descrição	qtde	unidade	valor unitário	valor total

17. ANÁLISE de RISCOS			
Risco 1	Impugnação durante o processo de licitação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Atrasos na contratação		
Ação Preventiva		Responsável	
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei.		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Alteração do edital se pertinente e/ou caso haja contrato, renovação excepcional deste.		Gestor e Coord. Licitações e Contratos.	

Risco 2	Falta de orçamento para concluir a contratação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva		Responsável	
Previsão no Plano de Contratações		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Verificação de outra dotação que possa ser deslocado o valor para esta contratação.		Gestor	

Risco 3	Licitação fracassada ou deserta		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Inviabilizar a contratação		
Ação Preventiva		Responsável	
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei. Consulta aos fornecedores qualificados para adequação das características técnicas de forma a ampliar a concorrência.		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Reedição de nova licitação		Gestor	

Risco 4	Atraso na licitação		
Probabilidade	Baixa	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva		Responsável	
Início do DOD com antecedência		Equipe de planejamento da contratação	
Ação de Contingência		Responsável	
Renovação excepcional do contrato em vigência		Gestor	

19. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO	
Contratação é viável?	
<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

Data:	18 de fevereiro de 2022		
Integrante Demandante:	Sílvia Regina de Paula Rosa		
Integrante Técnico:	Sílvia Regina de Paula Rosa		
Integrante Administrativo:	Titular:	Christiano Carneiro Ferreira	Suplente Douglas Suetsugo Mitsuse

ANEXO	
TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO – Parte 1	
1. Objeto da Contratação	
1.1 Descrição resumida do Objeto:	
Aquisição de itens de gênero alimentício e de higiene (de uso contínuo), tais como: açúcar; água mineral; adoçante; chá mate; café, água sanitária; detergente, guardanapos e outros.	
2. Fundamentação da contratação	
2.1 Motivação	
Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)	
Solução escolhida	A aquisição dos materiais listados.
Justificativa	Não se vislumbra outra solução senão a aquisição dos materiais.
Valor estimado	Valor estimado de R\$ 304.216,06, conforme pesquisa realizada pela Coordenadoria de Compras, doc. 60 do Proad.
Outros	

2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados, objetivos)		
<input type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas	
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações	
<input type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários	
<input type="checkbox"/>	Condecoração de autoridades em eventos promovidos por este Tribunal	
<input checked="" type="checkbox"/>	Outro benefício:	Melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

2.3 Alinhamento Estratégico	<a href="http://portal.trt15.jus.br/plano-2015-2020">http://portal.trt15.jus.br/plano-2015-2020</a>	
Propiciar meios para melhoria da qualidade de vida no trabalho.		

2.4 Referência aos Estudos Preliminares
20100/2021

2.5 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado
Ainda não há elementos suficientes para estabelecer como se dará o retorno integral ao trabalho presencial, uma vez que a pandemia ainda tem reflexo direto sobre essa deliberação. Nesse sentido, na ausência de parâmetros de consumo e estoque futuros, esta Seção optou pela manutenção das quantidades anteriores à pandemia considerando 100% ou 80% do consumo anterior, para viabilizar eventuais requisições nos moldes que eram habituais quando a prestação de serviços presenciais era integral. O fornecimento dos materiais será analisado diante da necessidade do estoque que se mostrar pertinente no momento do abastecimento.

2.6 Natureza do objeto
Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

2.7 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)				
<input type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade			
<input checked="" type="checkbox"/>	Grupo com vários itens		Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização		Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço		Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:		Justificativa:	

2.8 Impacto ambiental
Não há impacto ambiental previsto.

3. Gestão do Contrato	
3.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:	
Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO MERCADO
--------------------------------------

Catálogo (CATMAT/CATSER)
Conforme consignado na descrição detalhada do objeto

1. Objeto da Contratação					
1.1 Descrição resumida do Objeto:					
Aquisição de itens de gênero alimentício e de higiene (de uso contínuo), tais como: açúcar; água mineral; adoçante; chá mate; café, água sanitária; detergente, guardanapos e outros.					
1.2 Descrição Detalhada do Objeto:					
Ou utilizar a tabela:					
Grupo/ Item	Descrição	Qtdade	Unidade	Marca / Modelo de referência	CATMAT

1/1	Açúcar cristal de origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, isento de impurezas, com prazo de validade de 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de fabricação e validade impressas no rótulo da embalagem; com apresentação de laudo de qualidade do produto, em conformidade com o padrão estipulado na Resolução RDC/Anvisa nº 271/2005 para açúcar, emitido por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de laboratórios Analíticos de Saúde (Reblas/Anvisa).	4.320	quilo (embalagem de 250g; 500g; 1kg ou 5kg)	463989
1/2	Adoçante líquido dietético, Aspartame, com prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de fabricação e de validade impressas no rótulo da embalagem, acondicionados em frascos contendo entre 100ml e 120ml; com apresentação de laudo da qualidade do produto, em conformidade com o padrão estipulado na Resolução RDC/Anvisa nº 271/2005 para açúcar e adoçante, emitido por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de laboratórios Analíticos de Saúde (Reblas/Anvisa).	496	frasco entre 100ml e 120ml	236196
1/3	Água mineral, envasada em garrafa plástica de 500ml ou 510ml, destinadas ao consumo exclusivo de magistrados.	4.000	garrafa plástica de 500ml ou de 510ml	445484
1/4	Café torrado e moído, acondicionados em embalagens do tipo vácuo, com validade de 12 (doze) meses, a partir da entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade impressas no rótulo da embalagem. Qualidade: a marca deve possuir Certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café da ABIC, em plena validade, ou Laudo de Avaliação do Café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na Escala Sensorial do Café e Laudo de Microscopia do Café com tolerância de no máximo 1% de impureza, com aspecto em pó homogêneo, torrado e moído. Tipo de café: Gosto predominante de café arábica. Bebida: Dura, não admitindo-se Rio ou Rio Zona. A Contratada deverá arcar com os custos, caso opte pelo procedimento de análise de amostras do lote efetivamente entregue para a Certificação da Qualidade do Café. Laboratórios credenciados para a certificação exigida: a) Lafise - Ital, Avenida Brasil, n. 2880, Chapadão, Campinas, São Paulo, CEP13.073-001, Telefone: (19)3743-1804, e-mail: alinegarcia@ital.sp.gov.br; b) GAC - Grupo de Avaliação de Café, Praça Dom José Gaspar, n. 30/21, São Paulo/SP, CEP010.47-010, Telefone: (11) 3259-7673, e-mail: gac@sindicafesp.com.br; c) Escritório Carvalhaes, Rua do Comércio, n. 55/8, Santos, São Paulo, CEP11.010-141, Telefone: (13) 2102-5778, e-mail: lab@carvalhaes.com.br. A apresentação de laudo da qualidade do produto deverá estar em conformidade com o padrão estipulado na Resolução RDC/Anvisa nº 277/2005 para café, emitidos por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de laboratórios Analíticos de Saúde (Reblas/Anvisa).	4800kg	quilo (embalagem de 250g; 500g; 1kg ou 5kg)	463581

1/5	Caixa de chá erva mate tostada, acondicionada em embalagem/caixa de 250g cada uma, com prazo de validade de 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de fabricação e de validade impressas no rótulo da embalagem/caixa.	1044	caixa com 250g		56286
2/6	Água sanitária, frasco com 1000ml, com boa vedação e tampa roscável.	336	frasco com 1.000ml		310507
2/7	Álcool Gel 500g.	144	frasco com 500g		420799
2/8	Álcool líquido 92,8°INPM (96°GL), para higienização de louças e equipamentos.	78	frasco com 1000ml		269941
2/9	Desengraxante/Desincrostante alcalino, princípio ativo hidróxido de sódio, para higienização de equipamento em inox, devidamente certificado pela Anvisa, não sendo aceito produtos à base de Nonil Fenol Etoxilado, que não são indicados para higienização de equipamentos de inox.	60	litro (bombona de 1lt; 5lt ou 5,65lt)		317239
2/10	Detergente, composição: tensoativos aniônicos, coadjuvante, preservantes, componente ativo linear alquilbenzeno de sódio, aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro, características adicionais: contém tensoativo biodegradável. Frasco com 500ml.	2000	frasco com 500ml		463157
2/11	Espuma de aço, pacote com 8 unidades.	232	pacote com 8 unidades		296307
2/12	Espuma de limpeza dupla face, sendo uma em fibra sintética abrasiva (geralmente verde) e outra em espuma macia (geralmente amarela), fabricada com solvente à base d'água.	1260	embalagem com uma unidade		253478
2/13	Conjunto acendedor + isqueiro portátil para fogão industrial a gás.	60	conjunto compatível entre si		435656
2/14	Pano de limpeza de composição de fibras 100% de viscose, látex sintético, corante e agente bacteriostático, medidas 60x33cm (variação aceitável nas medidas de até 20%).	252	unidade		357462
2/15	Sabão em barra, unidades com 200g.	336	unidade		30414
2/16	Saponáceo líquido, composição: detergente, aplicação: limpeza pisos, paredes e louças, características adicionais: biodegradável. Frasco com 300ml.	252	frasco com 300ml		456396
2/17	Solução de limpeza multiuso, composição básica: sulfonato de sódio, tensoativo não iônico, alcalina, aspecto físico líquido, características adicionais: biodegradável. Frasco com 500ml	336	frasco com 500ml		293351
3/18	Guardanapo de papel descartável, com folhas duplas, nas medidas aproximadas de 33,5 x 33,0cm, de composição de fibras 100% naturais, acondicionados em pacotes com 50 unidades.	600	pacote com 50 unidades		27332
3/19	Guardanapo de papel descartável, nas medidas de 22cm x 23cm, admitindo-se variação de 10% para mais ou para menos, acondicionados em pacotes com 50 unidades.	600	pacote com 50 unidades		27332
3/20	Toalha bandeja, material papel, redonda, características adicionais: rendada, cor branca, com diâmetro de 36cm, admitindo-se variação de 5% nas medidas para menos, pacote com 100 unidades.	120	pacote com 100 unidades		266372
3/21	Toalha de papel, material papel, tipo folha simples, quantidade de toalha por rolo 60, comprimento 22 cm, largura 20, admitindo-se variação de 5% para mais ou para menos, cor branca.	70	pacote com 2 unidades		328456

[illegible]

1.2.1. Informar para quais itens é exigida marca/modelo específico obrigatório (Se sim, a indicação de marca deve ser respaldada de justificativa robusta, como manutenção de padrão já existente, compatibilidade, garantia de equipamentos, etc)

## 2. Forma e critério de seleção

**2.1.1 Forma de julgamento:**

Menor preço

2.1.2 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)

Por grupo. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço

**2.1.3. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).**

Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

## 2.2 É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?

Sim

### 2.2.1 Fundamentação para a opção por SRP:

Como não há previsibilidade de consumo para o próximo exercício, diante da incerteza de como se dará o retorno total ao trabalho presencial, se assim for determinado pelo tribunal, os itens foram solicitados com base no consumo dos anos anteriores à pandemia, na proporção de 80% a 100% daquelas quantidades.

Ação da Seção de Copa, nesse momento, foi no sentido de garantir a manutenção do estoque por meio de Ata vigente para eventuais fornecimentos e acompanhar a movimentação do estoque frente ao consumo efetivo, para, no momento em que se fizer necessário, a requisição dos materiais seja efetuada de acordo com a real necessidade de abastecimento.

### 2.2.2 Histórico de consumo:

Histórico de consumo do período anterior à pandemia do coronavírus:

1/1 Açúcar cristal: 450 kg/mês; 1/2 Adoçante líquido dietético: 52 frascos/mês; 1/3 Água mineral: 420 unid./mês; 1/4: Café torrado e moído: 500 kg/mês; 1/5 Caixa de chá erva mate: 108 cxs/mês; 2/6 Água sanitária: 35 unid./mês; 2/7 Alcool gel: 15 unid./mês; 2/8 Alcool líquido: 8 unid./mês; 2/9 Desengraxante: 5 litros/mês; 2/10 Detergente: 167 unid./mês; 2/11 Esponha de aço: 19,3 pcts/mês; 2/12 Esponha de limpeza dupla face: 105 unid./mês; 2/13 Conjunto acendedor + isqueiro: sem histórico de consumo; 2/14 Pano de limpeza: 21 unid./mês; 2/15 Sabão em barra: 28 unid./mês; 2/16 Saponáceo líquido: 21 unid./mês; 2/17 Solução de limpeza multiuso: 28 unid./mês; 3/18 Guardanapo de papel 33,5 x 33,0: 50 pcts./mês; 3/19 Guardanapo de papel descartável 22 cm x 23 cm: 50 pcts./mês; 3/20 Toalha bandeja: 5 pcts. com 200 unid./mês; 3/21 Toalha de papel: 12 rolos/mês; 3/22 Toalha mesa: 5 pcts./mês.

### 2.2.3 Estimativa de consumo:

Não há possibilidade de se prever o consumo dos próximos meses, mas para o quantitativo desse Proad foram considerados percentuais de 100% ou 80% daquele consumo já estabelecido antes da pandemia.

1/1 Açúcar cristal: 360 kg/mês; 1/2 Adoçante líquido dietético: 41 frascos/mês; 1/3 Água mineral: 333 unid./mês; 1/4: Café torrado e moído: 400 kg/mês; 1/5 Caixa de chá erva mate: 87 cxs/mês; 2/6: Água sanitária: 28 unid./mês; 2/7 Alcool gel: 12 unid./mês; 2/8 Alcool líquido: 6,5 unid./mês; 2/9 Desengraxante: 5 litros/mês; 2/10 Detergente: 167 unid./mês; 2/11 Esponja de aço: 19,3 pcts/mês; 2/12 Esponja de limpeza dupla face: 105 unid./mês; 2/13 Conjunto acendedor + isqueiro: 5 conjuntos/mês; 2/14 Pano de limpeza: 21 unid./mês; 2/15 Sabão em barra: 28 unid./mês; 2/16 Saponáceo líquido: 21 unid./mês; 2/17 Solução de limpeza multiuso: 28 unid./mês; 3/18 Guardanapo de papel 33,5 x 33,0: 40 pcts/mês; 3/19 Guardanapo de papel descartável 22 cm x 23 cm: 40 pcts/mês; 3/20 Toalha bandeja: 4 pcts. com 200 unid./mês; 3/21 Toalha de papel: 12 rolos/mês; 3/22 Toalha mesa: 4 pcts./mês.

#### 2.2.4 Quantidade para Consumo Imediato:

Não.

<b>Grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)</b>	<b>Objeto/Item</b>	<b>Critério</b>	<b>Descrição (NOVO GUIA - é necessário copiar e colar aqui)</b>
1	1; 2 e 4	1.1.4.2 Café e Acúcar	Recomenda-se exigir laudos da qualidade dos produtos, em conformidade com o padrão estipulado na Resolução RDC/Anvisa nº 271/2005 para açúcar e adoçante e na Resolução RDC/ Anvisa nº 277/2005 para café, emitidos por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de laboratórios Analíticos de Saúde (Reblas/Anvisa).
1	3	1.1.4.1. Água Mineral	-Os produtos devem atender às características e procedimentos regulamentados nas resoluções Anvisa nº 274/2005 e nº 275/2005; -Conforme as portarias DNPM nº 387/2008 e nº 128/2011, os vasilhames devem atender às normas constantes da ABNT NBR 14222:2013 e 14328:2011, que dispõem sobre embalagem plástica para água mineral e potável de mesa – garrafão retornável. Devem, ainda, trazer impressa a data limite de 3 (três) anos de sua vida útil e o número de certificação da embalagem que atesta a sua conformidade com as normas técnicas acima referidas, bem como o nome do instituto técnico responsável pela emissão do certificado; -Os rótulos dos produtos devem possuir as informações previstas na Portaria MME nº 470/1999
1	4	café	A marca deve possuir Certificado no PQC -Programa de Qualidade do Café da ABIC, em plena validade, ou Laudo de Avaliação do Café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na Escala Sensorial do Café e Laudo de Microscopia do Café com tolerância de no máximo 1% de impureza, com aspecto em pó homogêneo, torrado e moído. Tipo de café: Gosto predominante de café arábica. Bebida: Dura, não admitindo-se Rio ou Rio Zona. A Contratada deverá arcar com os custos, caso opte pelo procedimento de análise de amostras do lote efetivamente entregue para a Certificação da Qualidade do Café. Laboratórios credenciados para a certificação exigida: a) Lafise - Ital, Avenida Brasil, n. 2880, Chapadão, Campinas,São Paulo,CEP13.073-001, Telephone:(19)3743-1804, e-mail:alinegarcia@ital.sp.gov.br; b)SAC - Grupo de Avaliação de Café, Praça Dom José Gaspar, n. 30/21, São Paulo/SP, CEP010.47-010, Telephone: (11) 3259-7673, e-mail: gac@sindicafesp.com.br; c)Escritório Carvalhaes, Rua do Comércio, n. 55/8, Santos, São Paulo, CEP11.010-141, Telephone: (13) 2102-5778, e-mail:iab@carvalhaes.com.br.
2	6 a 14; 16 e 17	1.1.2.1.Produtos Saneantes	Adquirir produtos biodegradáveis, priorizando a aquisição daqueles menos agressivos ao meio ambiente e, preferencialmente, concentrados e/ou fornecidos em refil. Os produtos usados na limpeza e conservação de ambientes, também denominados saneantes, tais como álcool, água sanitária, detergentes, ceras, sabões em barra e em pó, saponáceos, desinfetantes, inseticidas, para que sejam aceitos, por ocasião das análises das propostas, deverão vir acompanhados dos seguintes documentos: a)Registro ou Isenção de Registro ou Notificação dos Medicamentos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa/Ministério da Saúde vigente. b)Serão aceitos Registros publicados no Diário Oficial da União ou obtidos pelo endereço eletrônico da Anvisa ( <a href="http://www.anvisa.gov.br">www.anvisa.gov.br</a> ), dentro do prazo de validade. Os produtos saneantes deverão ter as seguintes informações no rótulo: nome do fabricante, CNPJ, nome e CRQ do químico responsável, número do registro na Anvisa, número do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) e país de origem da indústria. Recomenda-se exigir a Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ), de acordo com a NBR 14725-4/2012. Os rótulos dos produtos saneantes, em especial daqueles classificados como perigosos, devem estar em conformidade com a referida norma. Quando da aquisição dos seguintes produtos, observar o que segue: <b>●Produtos utilizados sob a forma aerossol, solventes e esterilizantes:</b> não devem conter substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera; <b>●Esponjas:</b> dar preferência àquelas fabricadas com solvente à base d'água; <b>●Sabão em barra e detergentes em pó:</b> priorizar a aquisição de produtos à base de coco ou isentos de fosforo e, quando inexistentes no mercado, deve-se exigir comprovação de que o teor respeita os limites máximos de concentração: Limite máximo de P2O5 por formulação (%) - 10,99. Limite máximo de P por formulação (%) - 4,80. Média ponderada máxima de P por GFI (%) - 3,16. Média ponderada máxima de STPP por GFI (%) - 12,5
3	18 a 22	1.1.2.3.Produtos sanitários oriundos da madeira	Na compra de produtos sanitários provenientes da madeira, observar o Decreto nº 7.746/2012 que estabelece que, na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, devem-se adotar critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, dentre as quais a utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. Observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2014, utilizada pelo Cerflor, ou com o padrão FSC-STD-40-004 V3-0. A comprovação da conformidade deve ser feita por meio do Certificado da Cadeia de Custódia e/ou Selo de Cadeia de Custódia do Cerflor ou do FSC, ou similares, desde que reconhecidos nacionalmente. Recomenda-se exigir da contratada que apresente ficha técnica comprovando a classificação do produto de acordo com a NBR 15464:2010.
Há especificação de ROHs?		Não se aplica	

Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:	
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT:	
<a href="#">Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição</a>	

<b>3.2. ARQUIVOS</b>
Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?
Não
No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:
Não se aplica

<b>3.3. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)</b>	
A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.	
<input checked="" type="checkbox"/>	Operacional:
<input type="checkbox"/>	Registro da empresa no respectivo conselho profissional:
<input type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).
<input type="checkbox"/>	Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.
Apresentação de um ou mais Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, com a discriminação e as respectivas quantidades, que comprove(m) ter executado, satisfatoriamente, fornecimento com características semelhantes ao objeto desta contratação, quais sejam: quantitativo mínimo de 40% de um dos itens de cada Grupo.	

<b>3.4 HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?</b>	
Não	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc):	Não se aplica

<b>4. Vistoria</b>	
Há previsão de vistoria/visita técnica?	
Não se aplica	
Se sim. Justificar:	Não se aplica
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
<b>4.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):</b>	
Não se aplica	

<b>5. Amostra</b>	
Considerações Gerais: 1. Analisar a razoabilidade do pedido de amostra, se não pode ser substituído por folders, material técnico-ilustrativo, etc, considerando que TODO pedido de amostra encarece o objeto. 2. Da mesma forma, caso seja imprescindível a solicitação de amostra, requisitar apenas quantitativo mínimo suficiente para análise. 3. Considerar que objetos de alto valor, de grandes dimensões ou peso, dificilmente são disponibilizadas amostras para envio. 4. Fazer constar se a amostra enviada poderá ser destruída para sua devida análise e, caso seja imprescindível, justificar.	
<b>5.1 Haverá solicitação de amostra ANTES ou DEPOIS da homologação do certame, para empresa arrematante?</b>	
Não. Porém observar o sétimo subitem deste item.	
Se sim, discriminar trâmite (quantidade, prazo, critério análise, etc) para apresentação:	
<b>5.2 No caso de exigência de amostra, sugira qual prazo viável para licitante confeccionar/encaminhar amostra:</b>	
<b>5.3 No caso de solicitação de amostra, é necessário definir OBJETIVAMENTE os critérios de análise para aceitação, além das especificações (exemplo pasta para congresso: analisar zíper sem travamentos, material sem rebarba, costuras retilíneas)</b>	
<b>5.4 Caso o objeto tenha grandes proporções, poderá ser encaminhada um exemplar menor do objeto? (por exemplo no caso de placa de divisória com 2m pode ser encaminhada amostra de 30cm x 30cm)</b>	
Se sim, qual o tamanho mínimo?	
<b>5.5 Caso a amostra seja aprovada, a unidade poderá ser descontada do quantitativo a ser adquirido?</b>	
<b>5.6 É prevista marca de referência?</b>	



Se sim, a amostra será dispensada caso seja proposta a marca de referência?	
<b>5.7 documentação específica, será exigida documentação específica como material técnico ilustrativo, manual, laudo, certificação como ABNT, etc (indicar qual documento)?</b> Somente para o item 9 (nove) do Grupo 2, solicita-se o envio de material ilustrativo com as características básicas, incluindo a fórmula com o princípio ativo Hidróxido de Sódio, a fim de se evitar a aquisição de produto à base de Nonil Fenol Etoxilado que não é indicado para higienização de equipamentos de inox.	

<b>6. Prazo</b>			
<b>6.1 Prazo de entrega</b>		O prazo de entrega deverá ser de 20 dias, após a emissão da nota de empenho.	
<b>6.2. Garantia</b>			
Ou utilizar a tabela			
<b>Grupo / Item</b>	<b>Descrição sucinta do item</b>	<b>Prazo de garantia</b>	<b>Especificações da garantia</b>
<b>6.3 Prazo de Validade</b>		Os produtos efetivamente entregues deverão apresentar prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo.	
<b>6.4 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)</b>			
Não se aplica			

<b>7. Local e Horário da entrega dos bens</b>	
<b>Endereço:</b>	Sede Administrativa, Rua Ferreira Pentead, nº 871, Centro, Campinas, São Paulo, CEP 13.015-927.
<b>Dias da semana:</b>	De segunda a sexta-feira, em dias de expediente normal no Tribunal.
	<b>Outro:</b>
<b>Horário:</b>	Das 8h às 17h.
<b>No caso de necessidade de agendamento prévio, indicar nomes e telefones e/ou ramais dos contatos:</b>	Seção de Copa (19) 3236-2100, Ramais 2090 ou 2070. Sílvia Regina de Paula Rosa (19) 98188-9351 (srosa@trt15.jus.br). Marcos Luis Félix (marcosluisfelix@gmail.com)

<b>8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA</b>	
As obrigações a serem explicitadas devem ser em <u>relação ao objeto da contratação</u> , como, por exemplo: - A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de entrega do objeto - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, este TRT poderá retirar "X" amostras do objeto contratado para envio a laboratório acreditado para verificação quanto ao atendimento às especificações, como ABNT, qualidade pó de café, etc sendo que as despesas deverão ser arcadas pelo fornecedor.	
Especificações:	
<b>8.1. Obrigações da Contratante (TRT)</b>	
Dar plena e fiel execução ao Instrumento contratual; Efetuar, no prazo estabelecido, o pagamento dos produtos efetivamente fornecidos e definitivamente recebidos; Formalizar os pedidos de requisição dentro do prazo contratual e zelar para que o recebimento, pagamento e demais cláusulas contratuais sejam obedecidas, sem impedimento algum que possa atrasar ou trazer prejuízo à Contratada; Permitir o acesso dos empregados do Fornecedor, devidamente identificados, nas suas dependências, para entrega dos produtos, nos horários estabelecidos.	

<b>8.2. Obrigações da Contratada</b>	
Dar plena e fiel execução à ata de registro de preços, se obrigando a: a) nomear um preposto, aceito pelo TRT, para representá-lo durante o período de vigência da Ata; b) comunicar, durante a vigência da ata de registro de preços, quaisquer alterações havidas em seu contrato social, bem como manter, devidamente válidas e atualizadas, as certidões de regularidade fiscal e trabalhista; c) arcar com toda despesa de envio ou retirada de produtos; d) não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art.78, incisoVI, da Lei n.º8.666/1993, salvos e previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério; e) observar as recomendações pertinentes, constantes do "Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT-Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº103, de 25/05/2012), em especial as seguintes: 1.comprovar, antes da efetivação desta contratação e manter essas condições, que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência da ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do ajuste: a.1 não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria Interministerial MTE/SDH nº2, de 12 de maio de 2011;e a.2 não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº5.017/2004 (promulga o protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105; f) atender prontamente aos pedidos de fornecimento da Seção de Copa dentro do prazo contratual, atendidas as exigências contratuais; g) manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao TRT a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições; h) observar os dispositivos contidos no Decreto Estadual n.64.959/2020, bem como na Resolução CNJ n. 322/2020, a respeito do uso geral e obrigatório de equipamentos de proteção contra a disseminação do Covid-19, quando funcionários da contratada necessitarem adentrar no Tribunal para efetuar eventuais entregas de bens.	

<b>9. Modelo de Execução e de gestão do Contrato</b>	
<b>9.1 Definição de etapas de entrega, com cronograma</b>	
O prazo de entrega deverá ser de 20 dias, após a emissão da nota de empenho.	

**9.2 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento**

A solicitação de fornecimento deverá ser efetuada por meio de Requisição da Seção de Copa, inserida no Proad.

**9.3 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia**

Não se aplica.

**9.4 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do contrato entre órgão e contratada**

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Sílvia Regina de Paula Rosa
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input checked="" type="checkbox"/>	Outra	Ligação telefônica	Silviar Regina de Paula Rosa

**9.5 Forma de recebimento provisório e definitivo**

O Recebimento Provisório se dará por meio de Certidão da Seção de Copa.

**9.6 Forma de pagamento**

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

**9.7 Sanções**

Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos produtos entregues em atraso, contadas a partir do primeiro dia útil posterior ao último dia do prazo definido neste Termo de Referência, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

- até o sétimo dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);
- a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento), limitado a 10% do valor da Nota de Empenho.

As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por cancelamento do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

-na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento – AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

A aplicação das multas estabelecidas neste item, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT cancele unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.

Se o FORNECEDOR não efetuar a entrega dos produtos em até 10 (dez) dias após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, o cancelamento do ajustado.

O cancelamento do ajustado por culpa do FORNECEDOR por inexecução do ajustado ou pela não entrega dos produtos, implicará pagamento de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou do produto não entregue.

**10. Forma de Apresentação de Proposta**

tabela abaixo

item	descrição	qtde	unidade	valor unitário	valor total

**TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO CONTRATOS**

<b>Data:</b>	18 de fevereiro de 2022
<b>Número do PROAD aberto</b>	20100/2021
<b>Área Demandante:</b>	Seção de Copa
<b>Área Requisitante:</b>	Seção de Copa

<b>Contratação urgente?</b>	<input type="checkbox"/>	Ata vence nos próximos 4 meses
	<input type="checkbox"/>	Aquisição para serviço específico e urgente
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato
	<input type="checkbox"/>	Outra justificativa:
<b>Contratação não é urgente</b>		

**Catálogo (CATMAT/CATSER)**

Conforme consignado na descrição detalhada do objeto

**1. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)****É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?**

Sim

**1.1 Fundamentação para a opção por SRP:**

Como não há previsibilidade de consumo para o próximo exercício, diante da incerteza de como se dará o retorno total ao trabalho presencial, se assim for determinado pelo tribunal, os itens foram solicitados com base no consumo dos anos anteriores à pandemia, na proporção de 80% a 100% daquelas quantidades. A opção da Seção de Copa, nesse momento, foi no sentido de garantir a manutenção do estoque por meio de Ata vigente para eventuais fornecimentos e acompanhar a movimentação do estoque frente ao consumo efetivo, para, no momento em que se fizer necessário, a requisição dos materiais seja efetuada de acordo com a real necessidade de abastecimento.

## 1.2 Histórico de consumo:

Histórico de consumo do período anterior à pandemia do coronavírus:

1/1 Açúcar cristal: 450 k/mês; 1/2 Adoçante líquido dietético: 52 frascos/mês; 1/3 Água mineral: 420 unid./mês; 1/4: Café torrado e moído: 500 k/mês; 1/5 Caixa de chá erva mate: 108 cxs/mês; 2/6: Água sanitária: 35 unid./mês; 2/7 Álcool gel: 15 unid./mês; 2/8 Álcool líquido: 8 unid./mês; 2/9 Desengraxante: 5 litros/mês; 2/10 Detergente: 167 unid./mês; 2/11 Esponja de aço: 19,3 pcts/mês; 2/12 Esponja de limpeza dupla face: 105 unid./mês; 2/13 Conjunto acendedor + isqueiro: sem histórico de consumo; 2/14 Pano de limpeza: 21 unid./mês; 2/15 Sabão em barra: 28 unid./mês; 2/16 Saponáceo líquido: 21 unid./mês; 2/17 Solução de limpeza multiuso: 28 unid./mês; 3/18 Guardanapo de papel 33,5 x 33,0: 50 pcts./mês; 3/19 Guardanapo de papel descartável 22 cm x 23 cm: 50 pcts./mês; 3/20 Toalha bandeja: 5 pcts. com 200 unid./mês; 3/21 Toalha de papel: 12 rolos/mês; 3/22 Toalha mesa: 5 pcts./mês.

## 1.3 Estimativa de consumo:

Não há possibilidade de se prever o consumo dos próximos meses, mas para o quantitativo desse Proad foram considerados percentuais de 100% ou 80% daquele consumo já estabelecido antes da pandemia.

1/1 Açúcar cristal: 360 k/mês; 1/2 Adoçante líquido dietético: 41 frascos/mês; 1/3 Água mineral: 333 unid./mês; 1/4: Café torrado e moído: 400 k/mês; 1/5 Caixa de chá erva mate: 87 cxs/mês; 2/6: Água sanitária: 28 unid./mês; 2/7 Álcool gel: 12 unid./mês; 2/8 Álcool líquido: 6,5 unid./mês; 2/9 Desengraxante: 5 litros/mês; 2/10 Detergente: 167 unid./mês; 2/11 Esponja de aço: 19,3 pcts/mês; 2/12 Esponja de limpeza dupla face: 105 unid./mês; 2/13 Conjunto acendedor + isqueiro: 5 conjuntos/mês; 2/14 Pano de limpeza: 21 unid./mês; 2/15 Sabão em barra: 28 unid./mês; 2/16 Saponáceo líquido: 21 unid./mês; 2/17 Solução de limpeza multiuso: 28 unid./mês; 3/18 Guardanapo de papel 33,5 x 33,0: 40 pcts./mês; 3/19 Guardanapo de papel descartável 22 cm x 23 cm: 40 pcts./mês; 3/20 Toalha bandeja: 4 pcts. com 200 unid./mês; 3/21 Toalha de papel: 12 rolos/mês; 3/22 Toalha mesa: 4 pcts./mês.

## 1.4 Quantidade para Consumo Imediato:

1/1 Açúcar cristal: 1.440 k; 1/2 Adoçante líquido dietético: 165 frascos; 1/3 Água mineral: 1.350 unid.; 1/4: Café torrado e moído: 1.600 k; 1/5 Caixa de chá erva mate: 348 cxs.; 2/6: Água sanitária: 168 unid.; 2/7 Álcool gel: 72 unid.; 2/8 Álcool líquido: 39 unid.; 2/9 Desengraxante: 30 litros; 2/10 Detergente: 1000 unid.; 2/11 Esponja de aço: 116 pcts.; 2/12 Esponja de limpeza dupla face: 630 unid./mês; 2/13 Conjunto acendedor + isqueiro: 30 conjuntos; 2/14 Pano de limpeza: 126 unid.; 2/15 Sabão em barra: 168 unid.; 2/16 Saponáceo líquido: 126 unid.; 2/17 Solução de limpeza multiuso: 168 unid.; 3/18 Guardanapo de papel 33,5 x 33,0: 300 pcts.; 3/19 Guardanapo de papel descartável 22 cm x 23 cm: 300 pcts.; 3/20 Toalha bandeja: 30 pcts. com 200 unid.; 3/21 Toalha de papel: 70 rolos; 3/22 Toalha mesa: 30 pcts.

## 1.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:

A periodicidade de aquisição prevista é: 1) grupo 1: entrega trimestral; 2) grupos 2 e 3: entrega semestral.

## 1.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:

1/1 Açúcar cristal: 1.440 k; 1/2 Adoçante líquido dietético: 165 frascos; 1/3 Água mineral: 1.350 unid.; 1/4: Café torrado e moído: 1.600 k; 1/5 Caixa de chá erva mate: 348 cxs.; 2/6: Água sanitária: 168 unid.; 2/7 Álcool gel: 72 unid.; 2/8 Álcool líquido: 39 unid.; 2/9 Desengraxante: 30 litros; 2/10 Detergente: 1000 unid.; 2/11 Esponja de aço: 116 pcts.; 2/12 Esponja de limpeza dupla face: 630 unid./mês; 2/13 Conjunto acendedor + isqueiro: 30 conjuntos; 2/14 Pano de limpeza: 126 unid.; 2/15 Sabão em barra: 168 unid.; 2/16 Saponáceo líquido: 126 unid.; 2/17 Solução de limpeza multiuso: 168 unid.; 3/18 Guardanapo de papel 33,5 x 33,0: 300 pcts.; 3/19 Guardanapo de papel descartável 22 cm x 23 cm: 300 pcts.; 3/20 Toalha bandeja: 30 pcts. com 200 unid.; 3/21 Toalha de papel: 70 rolos; 3/22 Toalha mesa: 30 pcts.

## 1.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?

Gerenciador

## 1.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique

Não.

## 2. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?

Não

Se sim, Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc):

Não se aplica

## 3. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)

OBS: caso a descrição for muito longa ou com tabelas, deve ser feita por meio de ANEXO que deverá ser mencionado no item 1.2 (Conforme Anexo X)

### 1.1 Descrição resumida do Objeto:

Aquisição de itens de gênero alimentício e de higiene (de uso contínuo), tais como: açúcar; água mineral; adoçante; chá mate; café, água sanitária; detergente, guardanapos e outros.

### 1.2 Descrição Detalhada do Objeto:

Ou utilizar a tabela:

Grupo/ Item	Descrição	Qtidade	Unidade	Marca / Modelo de referência	CATMAT
-------------	-----------	---------	---------	------------------------------	--------

1/1	Açúcar cristal de origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, isento de impurezas, com prazo de validade de 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de fabricação e validade impressas no rótulo da embalagem; com apresentação de laudo de qualidade do produto, em conformidade com o padrão estipulado na Resolução RDC/Anvisa nº 271/2005 para açúcar, emitido por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de laboratórios Analíticos de Saúde (Reblas/Anvisa).	4.320	quilo (embalagem de 250g; 500g; 1kg ou 5kg)	463989
1/2	Adoçante líquido dietético, Aspartame, com prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de fabricação e de validade impressas no rótulo da embalagem, acondicionados em frascos contendo entre 100ml e 120ml; com apresentação de laudo da qualidade do produto, em conformidade com o padrão estipulado na Resolução RDC/Anvisa nº 271/2005 para açúcar e adoçante, emitido por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de laboratórios Analíticos de Saúde (Reblas/Anvisa).	496	frasco entre 100ml e 120ml	236196
1/3	Água mineral, envasada em garrafa plástica de 500ml ou 510ml, destinadas ao consumo exclusivo de magistrados.	4.000	garrafa plástica de 500ml ou de 510ml	445484
1/4	Café torrado e moído, acondicionados em embalagens do tipo vácuo, com validade de 12 (doze) meses, a partir da entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade impressas no rótulo da embalagem. Qualidade: a marca deve possuir Certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café da ABIC, em plena validade, ou Laudo de Avaliação do Café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na Escala Sensorial do Café e Laudo de Microscopia do Café com tolerância de no máximo 1% de impureza, com aspecto em pó homogêneo, torrado e moído. Tipo de café: Gosto predominante de café arábica. Bebida: Dura, não admitindo-se Rio ou Rio Zona. A Contratada deverá arcar com os custos, caso opte pelo procedimento de análise de amostras do lote efetivamente entregue para a Certificação da Qualidade do Café. Laboratórios credenciados para a certificação exigida: a) Lafise - Ital, Avenida Brasil, n. 2880, Chapadão, Campinas, São Paulo, CEP13.073-001, Telefone: (19)3743-1804, e-mail: alinegarcia@ital.sp.gov.br; b) GAC - Grupo de Avaliação de Café, Praça Dom José Gaspar, n. 30/21, São Paulo/SP, CEP010.47-010, Telefone: (11) 3259-7673, e-mail: gac@sindicafesp.com.br; c) Escritório Carvalhaes, Rua do Comércio, n. 55/8, Santos, São Paulo, CEP11.010-141, Telefone: (13) 2102-5778, e-mail: lab@carvalhaes.com.br. A apresentação de laudo da qualidade do produto deverá estar em conformidade com o padrão estipulado na Resolução RDC/Anvisa nº 277/2005 para café, emitidos por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de laboratórios Analíticos de Saúde (Reblas/Anvisa).	4800kg	quilo (embalagem de 250g; 500g; 1kg ou 5kg)	463581

1/5	Caixa de chá erva mate tostada, acondicionada em embalagem/caixa de 250g cada uma, com prazo de validade de 12 (doze) meses restantes, a partir da entrega pelo fornecedor, com data de fabricação e de validade impressas no rótulo da embalagem/caixa.	1044	caixa com 250g		56286
2/6	Água sanitária, frasco com 1000ml, com boa vedação e tampa roscável.	336	frasco com 1.000ml		310507
2/7	Álcool Gel 500g.	144	frasco com 500g		420799
2/8	Álcool líquido 92,8°INPM (96°GL), para higienização de louças e equipamentos.	78	frasco com 1000ml		269941
2/9	Desengraxante/Desincrostante alcalino, princípio ativo hidróxido de sódio, para higienização de equipamento em inox, devidamente certificado pela Anvisa, não sendo aceito produtos à base de Nonil Fenol Etoxilado, que não são indicados para higienização de equipamentos de inox.	60	litro (bombona de 1lt; 5lt ou 5,65lt)		317239
2/10	Detergente, composição: tensoativos aniônicos, coadjuvante, preservantes, componente ativo linear alquibenzeno de sódio, aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro, características adicionais: contém tensoativo biodegradável. Frasco com 500ml.	2000	frasco com 500ml		463157
2/11	Esponha de aço, pacote com 8 unidades.	232	pacote com 8 unidades		296307
2/12	Esponha de limpeza dupla face, sendo uma em fibra sintética abrasiva (geralmente verde) e outra em espuma macia (geralmente amarela), fabricada com solvente à base d'água.	1260	embalagem com uma unidade		253478
2/13	Conjunto acendedor + isqueiro portátil para fogão industrial a gás.	60	conjunto compatível entre si		435656
2/14	Pano de limpeza de composição de fibras 100% de viscose, látex sintético, corante e agente bacteriostático, medidas 60x33cm (variação aceitável nas medidas de até 20%).	252	unidade		357462
2/15	Sabão em barra, unidades com 200g.	336	unidade		30414
2/16	Saponáceo líquido, composição: detergente, aplicação: limpeza pisos, paredes e louças, características adicionais: biodegradável. Frasco com 300ml.	252	frasco com 300ml		456396
2/17	Solução de limpeza multiuso, composição básica: sulfonato de sódio, tensoativo não iônico, alcalina, aspecto físico líquido, características adicionais: biodegradável. Frasco com 500ml	336	frasco com 500ml		293351
3/18	Guardanapo de papel descartável, com folhas duplas, nas medidas aproximadas de 33,5 x 33,0cm, de composição de fibras 100% naturais, acondicionados em pacotes com 50 unidades.	600	pacote com 50 unidades		27332
3/19	Guardanapo de papel descartável, nas medidas de 22cm x 23cm, admitindo-se variação de 10% para mais ou para menos, acondicionados em pacotes com 50 unidades.	600	pacote com 50 unidades		27332
3/20	Toalha bandeja, material papel, redonda, características adicionais: rendada, cor branca, com diâmetro de 36cm, admitindo-se variação de 5% nas medidas para menos, pacote com 100 unidades.	120	pacote com 100 unidades		266372
3/21	Toalha de papel, material papel, tipo folha simples, quantidade de toalha por rolo 60, comprimento 22 cm, largura 20, admitindo-se variação de 5% para mais ou para menos, cor branca.	70	pacote com 2 unidades		328456

3/22	Toalha mesa, material papel, formato retangular, características adicionais rendada, cor branca, nas medidas de 38cm x 27cm, admitindo-se variação de 10% para mais ou para menos, pacote com 100 unidades.	120	Toalha mesa, material papel, formato retangular, características adicionais rendada, cor branca, nas medidas de 38cm x 27cm, admitindo-se variação de 10% para mais ou para menos, pacote com 100 unidades.		259430

1.2.1. Informar para quais itens é exigida marca/modelo específico obrigatório (Se sim, a indicação de marca deve ser respaldada de justificativa robusta, como manutenção de padrão já existente, compatibilidade, garantia de equipamentos, etc)

4. LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA DOS BENS

Endereço:

Sede Administrativa, Rua Ferreira Penteado, nº 871, Centro, Campinas, São Paulo, CEP 13.015-927.

Dias da semana:

De segunda a sexta-feira, em dias de expediente normal no Tribunal.

Outro:

Horário:

Das 8h às 17h.

No caso de necessidade de agendamento prévio, indicar nomes e telefones e/ou ramais dos contatos:

Seção de Copa (19) 3236-2100, Ramais 2090 ou 2070.  
Sílvia Regina de Paula Rosa (19) 98188-9351 (srosa@trt15.jus.br).  
Marcos Luis Félix (marcosluisfelix@gmail.com)

5. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:

Gestor do Contrato:

Não se aplica

Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):

Não se aplica

5.2 Definição de etapas de entrega, com cronograma

O prazo de entrega deverá ser de 20 dias, após a emissão da nota de empenho.

5.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento

A solicitação de fornecimento deverá ser efetuada por meio de Requisição da Seção de Copa, inserida no Proad.

5.4 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do contrato entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Sílvia Regina de Paula Rosa
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input checked="" type="checkbox"/>	Outra	Ligação telefônica	Silviar Regina de Paula Rosa

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Dar plena e fiel execução à ata de registro de preços, se obrigando a:

- nomear um preposto, aceito pelo TRT, para representá-lo durante o período de vigência da Ata;
- comunicar, durante a vigência da ata de registro de preços, quaisquer alterações havidas em seu contrato social, bem como manter, devidamente válidas e atualizadas, as certidões de regularidade fiscal e trabalhista;
- arcar com toda despesa de envio ou retirada de produtos;
- não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art.78, incisoVI, da Lei n.º8.666/1993, salvos e previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;
- observar as recomendações pertinentes, constantes do "Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT-Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº103, de 25/05/2012), em especial as seguintes:
  - comprovar, antes da efetivação desta contratação e manter essas condições, que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência da ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do ajuste:
    - não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria Interministerial MTE/SDH nº2, de 12 de maio de 2011;e
    - não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº5.017/2004 (promulga o protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105;
  - atender prontamente aos pedidos de fornecimento da Seção de Copa dentro do prazo contratual, atendidas as exigências contratuais;
  - manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao TRT a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
  - observar os dispositivos contidos no Decreto Estadual n.64.959/2020, bem como na Resolução CNJ n. 322/2020, a respeito do uso geral e obrigatório de equipamentos de proteção contra a disseminação do Covid-19, quando funcionários da contratada necessitarem adentrar no Tribunal para efetuar eventuais entregas de bens.

## 7. SUSTENTABILIDADE

Há critérios de sustentabilidade a serem observado?

Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:

Grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério	Descrição (NOVO GUIA - é necessário copiar e colar aqui)
1	1; 2 e 4	1.1.4.2 Café e Açúcar	Recomenda-se exigir laudos da qualidade dos produtos, em conformidade com o padrão estipulado na Resolução RDC/Anvisa nº 271/2005 para açúcar e adoçante e na Resolução RDC/ Anvisa nº 277/2005 para café, emitidos por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de laboratórios Analíticos de Saúde (Reblas/Anvisa).
1	3	1.1.4.1. Água Mineral	-Os produtos devem atender às características e procedimentos regulamentados nas resoluções Anvisa nº 274/2005 e nº 275/2005; -Conforme as portarias DNP nº 387/2008 e nº 128/2011, os vasilhames devem atender às normas constantes da ABNT NBR 14222:2013 e 14328:2011, que dispõem sobre embalagem plástica para água mineral e potável de mesa – garrafão retornável. Devem, ainda, trazer impressa a data limite de 3 (três) anos de sua vida útil e o número de certificação da embalagem que atesta a sua conformidade com as normas técnicas acima referidas, bem como o nome do instituto técnico responsável pela emissão do certificado; -Os rótulos dos produtos devem possuir as informações previstas na Portaria MME nº 470/1999
1	4	café	A marca deve possuir Certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café da ABIC, em plena validade, ou Laudo de Avaliação do Café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na Escala Sensorial do Café e Laudo de Microscopia do Café com tolerância de no máximo 1% de impureza, com aspecto em pó homogêneo, torrado e moído. Tipo de café: Gosto predominante de café arábica. Bebida: Dura, não admitindo-se Rio ou Rio Zona. A Contratada deverá arcar com os custos, caso opte pelo procedimento de análise de amostras do lote efetivamente entregue para a Certificação da Qualidade do Café. Laboratórios credenciados para a certificação exigida: a) Lafise - Ital, Avenida Brasil, n. 2880, Chapadão, Campinas,SãoPaulo,CEP13.073-001,Telefone:(19)3743-1804, e-mail:alinegarcia@ital.sp.gov.br; b)GAC - Grupo de Avaliação de Café, Praça Dom José Gaspar, n. 30/21, São Paulo/SP, CEP010.47-010, Telefone: (11) 3259-7673, e-mail: gac@sindicafesp.com.br; c)Escritório Carvalhaes, Rua do Comércio, n. 55/8, Santos, São Paulo, CEP11.010-141, Telefone: (13) 2102-5778, e-mail:lab@carvalhaes.com.br.
2	6 a 14; 16 e 17	1.1.2.1.Produtos Saneantes	Adquirir produtos biodegradáveis, priorizando a aquisição daqueles menos agressivos ao meio ambiente e, preferencialmente, concentrados e/ou fornecidos em refil. Os produtos usados na limpeza e conservação de ambientes, também denominados saneantes, tais como álcool, água sanitária, detergentes, ceras, sabões em barra e em pó, saponáceos, desinfetantes, inseticidas, para que sejam aceitos, por ocasião das análises das propostas, deverão vir acompanhados dos seguintes documentos: a)Registro ou Isenção de Registro ou Notificação dos Medicamentos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa/Ministério da Saúde vigente. b)Serão aceitos Registros publicados no Diário Oficial da União ou obtidos pelo endereço eletrônico da Anvisa (www.anvisa.gov.br), dentro do prazo de validade. Os produtos saneantes deverão ter as seguintes informações no rótulo: nome do fabricante, CNPJ, nome e CRQ do químico responsável, número do registro na Anvisa, número do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) e país de origem da indústria. Recomenda-se exigir a Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ), de acordo com a NBR 14725-4/2012. Os rótulos dos produtos saneantes, em especial daqueles classificados como perigosos, devem estar em conformidade com a referida norma. Quando da aquisição dos seguintes produtos, observar o que segue: ●Produtos utilizados sob a forma aerossol, solventes e esterilizantes: não devem conter substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera; ●Esponjas: dar preferência àquelas fabricadas com solvente à base d'água; ●Sabão em barra e detergentes em pó: priorizar a aquisição de produtos à base de coco ou isentos de fósforo e, quando inexistentes no mercado, deve-se exigir comprovação de que o teor respeita os limites máximos de concentração: Limite máximo de P2O5 por formulação (%) - 10,99. Limite máximo de P por formulação (%) - 4,80. Média ponderada máxima de P por GFI (%) - 3,16. Média ponderada máxima de STPP por GFI (%) - 12,5
3	18 a 22	1.1.2.3.Produtos sanitários oriundos da madeira	Na compra de produtos sanitários provenientes da madeira, observar o Decreto nº 7.746/2012 que estabelece que, na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, devem-se adotar critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, dentre as quais a utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. Observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2014, utilizada pelo Cerflor, ou com o padrão FSC-STD-40-004 V3-0. A comprovação da conformidade deve ser feita por meio do Certificado da Cadeia de Custódia e/ou Selo de Cadeia de Custódia do Cerflor ou do FSC, ou similares, desde que reconhecidos nacionalmente. Recomenda-se exigir da contratada que apresente ficha técnica comprovando a classificação do produto de acordo com a NBR 15464:2010.

Há especificação de ROHs?

Não se aplica

Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:

Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT:

[Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição](#)

## 8. GARANTIA DO OBJETO E DO CONTRATO

8.1. Garantia			
Ou utilizar a tabela			
Grupo / Item	Descrição sucinta do item	Prazo de garantia	Especificações da garantia
8.2. Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)			
Não se aplica			

8.3 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia
Não se aplica.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (TRT)
Dar plena e fiel execução ao Instrumento contratual; Efetuar, no prazo estabelecido, o pagamento dos produtos efetivamente fornecidos e definitivamente recebidos; Formalizar os pedidos de requisição dentro do prazo contratual e zelar para que o recebimento, pagamento e demais cláusulas contratuais sejam obedecidas, sem impedimento algum que possa atrasar ou trazer prejuízo àContratada; Permitir o acesso dos empregados do Fornecedor, devidamente identificados, nas suas dependências, para entrega dos produtos, nos horários estabelecidos.

10.VALOR					
10.1 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)					
tabela abaixo					
item	descrição	qtde	unidade	valor unitário	valor total

11. EQUIPE DE GESTÃO	
Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica
Fiscal Técnico do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Administrativo	Não se aplica

12. FATURAMENTO	
Gestor do Contrato:	Não se aplica

13. FORMA DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO
O Recebimento Provisório se dará por meio de Certidão da Seção de Copa.

14. FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

15. PRAZO DE VIGÊNCIA	
15.1 Prazo de vigência do contrato a ser firmado e se poderá ser prorrogado.	Não se aplica

15.2 Ações de transição contratual e de encerramento contratual	Não se aplica	
É necessário sobreposição contratual?	Não se aplica	
15.2.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação		Não se aplica



<b>15.2.2. Devolução de recursos materiais</b>	Não se aplica

#### 16. SANÇÕES

Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos produtos entregues em atraso, contadas a partir do primeiro dia útil posterior ao último dia do prazo definido neste Termo de Referência, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

- até o sétimo dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);
- a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento), limitado a 10% do valor da Nota de Empenho.

As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por cancelamento do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

-na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento – AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

A aplicação das multas estabelecidas neste item, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT cancele unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º8.666/1993.

Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.

Se o FORNECEDOR não efetuar a entrega dos produtos em até 10 (dez) dias após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, o cancelamento do ajustado. O cancelamento do ajustado por culpa do FORNECEDOR por inexecução do ajustado ou pela não entrega dos produtos, implicará pagamento de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou do produto não entregue.